



Creusa Raposo\*

## Escola Eduíno de Jesus? Talvez ainda não.

*“Será que os vivos não merecem os louvores dos mortos?  
Só merecemos a perpetuação do nosso ser após a morte?  
Ou deveremos mudar a legislação?”*

A 28 de Fevereiro de 2019 foi entregue na Secretaria Regional da Educação e Cultura uma proposta que incidia sobre o renome da actual Escola Básica e Integrada de Arrifes, a propósito das medidas anteriormente anunciadas pelo Governo Regional dos Açores e publicadas na comunicação social local sobre as obras de remodelação da referida escola, onde o projecto se encontra em fase final de execução.

Como cidadã portuguesa e em pleno exercício de direito, segundo o artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa, que visa a liberdade de expressão: “1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra (...)”; o artigo 48.º da mesma constituição, que garante a participação na vida pública: “1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política (...)” e segundo o artigo 78.º da referida constituição, que garante o direito à fruição e criação cultural e ainda o dever da sua salvaguarda: “1. Todos têm o direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.”, propus o renome para a seguinte denominação: **Escola Básica Integrada Eduíno de Jesus**.

Esta proposta teve em conta o importante contributo deste arrifense para dignificar não só o nome da sua freguesia ou concelho, mas igualmente da ilha e da Região Autónoma dos Açores pelo que a seguir se apresenta:

Eduíno Moniz de Jesus nasceu a 18 de Janeiro de 1928 na localidade de Arrifes. Embalado pela poesia e romances durante a infância, muito cedo começou a escrever, originando na criação do seu primeiro romance.

Ao frequentar o curso de Magistério Primário, contribuiu para a imprensa local com romances, poesia, contos, críticas e artigos de teoria. Na década de cinquenta do século passado cursou Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras de Coimbra e Filologia Românica em Lisboa.

Escreveu obras de poesia que se destacaram: *Caminho para o Desconhecido* (1952), *O Rei Lua* (1955), *A Cidade Destruída durante o Eclipse* (1957), e a peça de teatro *Cinco Minutos e o Destino* (1959).

Após a conclusão da sua dissertação em 1976, sobre Literatura e Linguística, foi convidado a leccionar na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Nos anos oitenta do século XX pertenceu ao Ministério da Educação e das Universidades. Teve uma presença activa em revistas culturais, em inúmeras conferências pelo mundo, participou na realização de enciclopédias e dicionários, foi inclusive dinamizador da Casa dos Açores em Lisboa, e um poeta de mérito reconhecido nacional e internacionalmente.

Foi homenageado em 2009 pela Junta de Freguesia de Arrifes com a atribuição toponímica a uma via na sua freguesia natal e igualmente pela Câmara Municipal de Ponta Delgada com a entrega da Medalha de Ouro do Município.

No entanto a proposta aqui apresentada foi recusada, pois o Decreto Legislativo Regional nº 13/2013/A, a propósito da escolha de denominação dos estabelecimentos de ensino público, através do artigo 16º determina que “(...) as propostas de denominação devem fundamentar-se no reconhecido valor de personalidade, já falecida há pelo menos cinco anos (...)”.

Assim, levantam-se naturalmente, questões de mérito sobre o ser humano. Será que os vivos não merecem os louvores dos mortos? Só merecemos a perpetuação do nosso ser após a morte? Ou deveremos mudar a legislação?

*“Eu sou homem de aldeia,  
Cheguei à cidade de botas amarelas.  
Fazem lá ideia*

*Do que os homens da cidade riram de mim e delas!  
Pois, apesar disso, a cidade, conquistei-a!”* (Eduíno de Jesus)

\*Mestre em Património e Museologia

## Reaberto trilho da Ribeira do Faial da Terra



Depois de mais de um ano encerrado, o Trilho da Ribeira do Faial da Terra já foi reaberto aos pedestrianistas, revelou ontem a autarquia da Povoação.

O trajecto sofreu várias intervenções, entre as quais a destruição das pontes que se encontravam ao longo do percurso, que estavam em “avanzado estado de degradação” e apresentavam falta de segurança. Foram procuradas alternativas “mais viáveis para servir os pedestrianistas”.

O Trilho da Ribeira do Faial da Terra está homologado desde 2005, possui uma extensão de seis quilómetros e atravessa parte do território geográfico das freguesias de Água Retorta e do Faial da Terra. Complementa o trilho do Sanguinho e, por inerência, o do Salto do Prego e Ribeiras. É um percurso de fácil acesso de terra ba-

tida, vários degraus e algumas passagens hidráulicas, o que lhe confere uma beleza ímpar.

Culturalmente, este trilho está ligado aos primórdios do povoamento. Segundo explica a autarquia, “no tempo em que não existiam meios de transporte esta era uma das poucas vias de ‘comunicação pedestre’ entre as duas localidades. Por outro lado, os agricultores dessas actuais freguesias faziam, naquele tempo, o percurso todos os dias, muito antes de o sol nascer, com vista ao cultivo das suas terras como forma de sustento e ganha-pão para as respectivas famílias”.

O trabalho foi realizado pela equipa de trilhos da Câmara Municipal da Povoação, responsável pela manutenção dos trilhos já existentes e em criação no concelho povoacense.

## Cáritas incentiva ao consumo e cultivo de hortofrutícolas

Na ilha Terceira, a Cáritas está a incentivar crianças e famílias a comer e a cultivar produtos hortofrutícolas, com actividades, sob o lema de que não há um planeta B.

O coordenador do projecto “As Nossas Quintas - No Planet B”, Rui Drumonde, refere que a iniciativa “tem um foco muito grande que é o estímulo e o consumo da produção de produtos hortícolas a nível local”.

Há dois anos, a instituição criou a empresa social “As Nossas Quintas”, que tem como missão a integração de jovens no mercado de trabalho, através da produção e comercialização de produtos biológicos.

Nos terrenos, situados na própria sede da Cáritas da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, surgiu agora uma quinta pedagógica, que dá a conhecer o processo de produção a crianças de colégios e jardins de infância do concelho, com o objectivo de lhes inculcar o gosto pelo consumo de frutas e legumes.

Segundo o coordenador, “há muita surpresa, para já porque as crianças não estão habituadas a mexer na

terra. É uma novidade para elas”.

Iniciado em dezembro de 2018, o projeto da Cáritas da Ilha Terceira, cofinanciado pela União Europeia e pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, através do projecto “No Planet B” da Assistência Médica Internacional (AMI), tem uma duração de um ano.

Nesse período, as crianças dos colégios e jardins de infância vão deslocar-se à quinta pedagógica para fazerem a sementeira, o transplante para a estufa e a colheita de hortícolas, que depois ingerem num almoço.

O projecto prevê ainda sessões exploratórias com crianças de turmas do 3.º e 4.º anos para inculcar hábitos de consumo de hortofrutícolas. Rui Drumonde admitiu que a tarefa “não é propriamente fácil”, até porque as crianças seguem o “exemplo dos mais velhos”. O truque, explicou, está em escolher hortícolas com crescimento rápido, para que as crianças possam acompanhar a sua evolução, mas também de sabor mais atractivo.